

SESSÕES DO PLENÁRIO

62ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1º de agosto de 2023.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZE RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Dr. Diego Castro, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 58ª, 60ª e 61ª, realizadas, respectivamente, em 14, 20 e 21 de junho de 2023; das sessões especiais: 21ª e 22ª, realizadas, respectivamente, em 16 e 29 de junho de 2023; e dos Termos de Abertura dos dias 26, 27 e 28 de junho de 2023.

Em discussão as atas e os Termos de Abertura que acabam de ser lidos. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Deputada Soane Galvão comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 05/06/2023.

Do Deputado Hassan comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 12, 13 e 14/06/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o deputado Robinson Almeida, em permuta com Raimundinho da JR, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, colegas de atividade, cumprimentar a todos no retorno do recesso legislativo, cumprimentar a imprensa, pessoas que estão nos acompanhando nas galerias e também pela *TV ALBA* e pelas redes sociais.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, dei entrada hoje a uma indicação para que o governador Jerônimo Rodrigues batize de Hospital Dois de Julho, o antigo Hospital Espanhol da Bahia. Esse equipamento agora é um equipamento público 100% SUS que vai fortalecer a retaguarda de urgência e emergência do atendimento da saúde na Bahia. São mais de mil leitos que serão implantados nesse hospital, sendo leitos clínicos e leitos de UTI, leitos adultos e leitos pediátricos, e também vai ajudar a atender os pacientes oriundos da Regulação.

Então, eu quero parabenizar o governador. E nada mais justo, neste ano em que nós comemoramos 200 anos da Independência da Bahia e do Brasil, que esse equipamento hospitalar de grande porte que vai ser entregue ao povo baiano passe a se chamar Hospital Dois de Julho, o antigo Hospital Espanhol.

Mas, Sr. Presidente, eu também, hoje, dei entrada em um requerimento, que foi aprovado na Comissão de Educação, para que seja realizada uma audiência pública e debata a implantação da universidade federal nas regiões da Chapada Diamantina e de Irecê.

Todos nós sabemos que a Bahia ficou décadas com uma única universidade. Com o presidente Lula e com a presidenta Dilma nós avançamos com a UFRB, com a Universidade Federal do Oeste da Bahia, com a universidade do Extremo Sul da Bahia, com a universidade aqui em São Francisco do Conde, mas há um vazio de oferta de ensino superior federal naquela região da Chapada Diamantina e na região de Irecê. Por isso, há um movimento pró-implantação da universidade e nós iremos fazer uma audiência pública no interior do estado para debater essa situação.

Também, Sr. Presidente, eu quero comunicar aqui que há uma luta dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador para que seja implantado um campus da nossa universidade estadual, a Uneb. Eu tenho defendido essa bandeira, tenho atuado em favor da educação superior, especialmente para os moradores do Subúrbio

de Salvador. E nós temos, aqui, o compromisso de fazer uma audiência pública, e o requerimento foi aprovado também na Comissão de Educação, e nós discutiremos junto com a reitoria da Uneb, com os seus técnicos, com os seus professores, com a comunidade do Subúrbio, com as lideranças populares, a implantação de um campus da Uneb no Subúrbio de Salvador. Essa é outra iniciativa do nosso mandato como agenda do 2º semestre.

Mas eu não poderia deixar de falar, Sr. Presidente, que hoje, nós, na Comissão de Infraestrutura, debatemos a situação da Viabahia, que presta um péssimo serviço na rodovia pedagiada BR-324 e na BR-116, e aqui foi objeto de um pedido de CPI pelo deputado Marcinho Oliveira. Eu não só subscrevi esse pedido de CPI como estou defendendo que esta Assembleia vá até Brasília, até a ANTT, para que haja uma fiscalização efetiva de uma rodovia pedagiada em que a gente vê os carros parados no acostamento por pneus furados, acidentes frequentes com carros e vítimas fatais no canteiro central, sem cumprir os compromissos de contrato e deixando várias comunidades isoladas em Feira de Santana e Amélia Rodrigues, além de não ter duplicado a rodovia até a divisa, na região de Vitória da Conquista. É uma vergonha a Viabahia.

Da mesma forma, a Coelba, campeã de queixa do Procon, uma empresa que teve, no ano passado, quase R\$ 5 bilhões de lucro e presta um mau serviço à população baiana, seja ao consumidor residencial, ao consumidor industrial, ao governo, às prefeituras. A Coelba faz desdém com o povo baiano em relação ao fornecimento de energia elétrica. Nós vamos instalar uma subcomissão para investigar e fiscalizar o contrato de concessão junto ao governo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o nobre deputado Pablo Roberto, em permuta com o nosso deputado Dr. Diego Castro, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PABLO ROBERTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham através dos nossos veículos de comunicação, eu venho, caro Sr. Presidente, caros deputados e deputadas, mais uma vez, trazer a esta tribuna, trazer a esta Casa, trazer ao povo baiano mais uma lamentável marca que chega para o povo da Bahia, que chega ao estado da Bahia.

Nesta semana, foi divulgada pelo site *Uol*, mais precisamente no dia 20 de julho, uma matéria que envergonha muito a Bahia, muito o povo baiano, que é uma matéria que fala, que cita que a Polícia Militar da Bahia é a polícia militar que mais mata hoje, superando a polícia do Rio de Janeiro, caro deputado Eures, deputado Hilton, que vem segurando essa marca já há muitos e muitos anos.

Eu fiquei muito reflexivo, ontem, ao ler essa matéria, ao conversar com algumas pessoas, tentando entender esse movimento e chegar a uma conclusão do que levou a Bahia a ocupar essa marca.

Não tem como não classificar a Polícia Militar como uma polícia muito violenta diante dos números que o estado da Bahia tem apresentado. Nós temos, hoje, as 20 cidades mais violentas do território, mais violentas do território brasileiro.

Então, quem tem, na verdade, cometido esses assassinatos é o estado da Bahia, que insiste com essa metodologia, com essa política que vem fazendo já há quase 20 anos, uma política que não tem um governo, que não tem uma política de estado muito clara, no que diz respeito ao enfrentamento à criminalidade, a essa onda de bandidagem que vem acontecendo na Bahia.

Para vocês terem ideia, entre janeiro e até o dia de hoje, algo em torno de 900 tiroteios aconteceram em Salvador e Região Metropolitana. Conversando isso com as pessoas, citando esse número muita gente não acredita. Não é possível que o estado da Bahia, mais precisamente em Salvador e a Região Metropolitana, tenha assistido a esse verdadeiro cenário de guerra sem nenhum posicionamento por parte do governo do estado.

A Comissão de Segurança Pública, aqui, nesta Casa, tem se reunido, tem debatido, já fizemos movimentos, aqui, para conversar com o secretário da Segurança Pública. No 1º semestre, ele foi convidado a vir a esta Casa, caro presidente Zé Raimundo; aceitou, depois declinou do convite; por segundo, a comissão se mobilizou, aprovou a convocação, e o fato inédito, caro deputado Tiago Correia, aconteceu, quando aquela comissão se reuniu e desconvocou o secretário, tirando dele a responsabilidade de vir a esta Casa conversar conosco acerca disso aqui.

É muito estranho, é muito difícil para todos nós continuarmos assistindo a isso sem nos posicionarmos, sem cobrar ao governador Jerônimo Rodrigues para que possa colocar de forma muito clara para o povo baiano, que oriente o secretário da Segurança Pública, a diretoria da Polícia Civil, a todas as forças de segurança do estado, as pessoas que compõem a cúpula da segurança pública, que possam vir, caro deputado Matheus, a esta Casa, conversar acerca do que vem acontecendo com a segurança pública na Bahia.

Nós não podemos continuar assistindo ao que vem acontecendo. Nós estamos falando, caro deputado Pedro Tavares, de 900 tiroteios em Salvador e Região Metropolitana entre janeiro até o dia de hoje. Um verdadeiro cenário de guerra. E se você não parar para ler a fundo a matéria, o que diz o texto, muitas vezes, de forma rápida, você não acredita mesmo, porque é inimaginável que o estado da Bahia possa continuar isso. Eu não estou citando aqui nem o que acontece em Feira de Santana, o que acontece em Juazeiro, o que acontece nas outras regiões do estado.

Então, fica aqui, mais uma vez, caro deputado Leandro, o apelo para que o governo possa ser sensível a essa questão, e possa adotar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) as providências – para concluir, Sr. Presidente – no que diz respeito a essa apresentação. Não adianta o governador continuar viajando com o secretário da Segurança Pública, falando que está inaugurando delegacias, que está fazendo reformas, se não tem um planejamento de um plano de segurança, de enfrentamento a esse verdadeiro cenário de guerra, que todos nós estamos aqui assistindo todos os dias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Pablo Roberto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em continuidade, eu convido o deputado Luciano Araújo para utilizar o tempo de até 5 minutos. (Silêncio)

Eu convido o deputado Pedro Tavares pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas aqui presentes, galerias, na última quinta-feira, dia 27, o município de Jussara comemorou 61 anos de emancipação política. Eu tive a oportunidade de participar dos festejos de emancipação política, no município de Jussara, que, mais uma vez, trouxeram a tradicional festa da cidade, uma festa muito bem-organizada, com grandes atrações e com uma grande estrutura que movimentou a economia não só de Jussara, mas de toda a região, pois teve visitantes do município de Jussara e de toda a região, da microrregião de Irecê.

E não foi só a festa, porque lá tem um prefeito sério, comprometido, que é o prefeito Tacinho. Então, além da festa, o prefeito entregou diversas obras. Entregou a reforma completa do hospital municipal; entregou a reforma do Centro de Especialidades Mãe Milu, totalmente requalificado, recuperado; entregou o asfaltamento de ruas, intertravado em ruas, enfim. Ele tem feito um grande mandato, um mandato austero, com dedicação, com compromisso, tem feito um grande trabalho, trabalho que já é referência em toda região, além do resgate, como eu disse, da tradicional festa da cidade que teve grandes atrações, uma estrutura diferenciada, muito bem-organizada, com a visita de toda a região, uma festa que ficará na história e ficará marcada como uma das melhores festas que o município de Jussara já teve.

Também queria falar, deputado Marcinho, V. Ex.^a, que foi o autor da CPI da Viabahia, você que puxou esse grande debate, falar da importância de discutir essa questão da Viabahia, que tem ofertado à população péssimos serviços. Você anda na BR-324 e na BR-116, além de não estarem cumprindo o que está no contrato, a duplicação, tem ofertado serviços de péssima qualidade: buracos, toda hora você vê um carro com pneu furado, uma pedra que cai na vidraça do carro, danificando o carro. Então, essa questão que V. Ex.^a puxa para essa Casa discutir tem que ser avaliada por esta Casa, discutida por esta Casa, porque realmente a Viabahia hoje é exemplo de péssimos serviços ofertados no nosso estado da Bahia.

Então, eu queria, mais uma vez, parabenizar a todos os deputados que retornam neste 2º semestre nas sessões legislativas. Que a gente possa continuar o nosso trabalho em prol da Bahia, como começamos hoje na Comissão de Agricultura, na Comissão de Infraestrutura, aqui no Plenário. Desejar a todos uma ótima volta às atividades legislativas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o nobre deputado Hilton Coelho para utilizar o tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente, quero aqui registrar a presença dos trabalhadores do Judiciário baiano, representados pelo Sintaj, com a reivindicação da categoria para que o governo mande o projeto para, enfim, garantir os 4% de alteração salarial que estão previstos na carreira desses profissionais e dessas profissionais.

Quero também registrar aqui que, hoje pela manhã, nós tivemos a presença da APLB para iniciar os trabalhos de discussão com esta Casa sobre os precatórios do Fundef com os juros e correção monetária. A questão dos juros é central para essa categoria que precisa do respeito do governo. Nós não podemos permitir que se repita o que aconteceu com a primeira parcela dos precatórios do Fundef: o governo capturou os juros que são a parte maior do montante, que deve ser, inclusive, repassado para essa categoria. Então, eu quero marcar aqui a importância da presença sindical da categoria já no início dos nossos trabalhos e a nossa expectativa de que o governo, dessa vez, o governo Jerônimo dê uma demonstração de respeito à educação do estado da Bahia.

Mas não poderia deixar de ocupar esta tribuna, Sr. Presidente, para falar sobre um assunto que já gerou uma polêmica muito grande na Bahia. Aliás, é uma polêmica mundial. Mas, na Bahia, de alguma forma, foi levantado pelo nosso projeto de lei. Trata-se da proibição da pulverização aérea dos agrotóxicos.

Hoje, nós tivemos uma reunião da Comissão de Agricultura pela manhã. Foi uma reunião muito rica, presidida pelo deputado Manuel, que abriu a discussão. Ele tem um posicionamento inverso a nós, do Psol. E me parece que o deputado, pelas posições na imprensa, tem uma posição de que a gente não deve fazer esta proibição.

Mas foi uma vitória importante nós termos aprovada, nessa comissão, a realização da audiência pública, com a contraposição do deputado Eduardo Salles, pois, segundo o deputado, nós deveríamos discutir apenas na comissão. Nós achamos que esta pauta precisa ser discutida por toda a sociedade.

Aliás, eu quero começar dizendo, inclusive, que a nossa pauta não é o veneno em si, ainda que nós queiramos discutir o veneno, porque a situação do ponto de vista desse liberou geral, no Brasil e na Bahia, isso é uma situação dramática.

Nós apresentamos, inclusive, Sr. Presidente, o projeto em defesa das abelhas no estado da Bahia. É um projeto que dispõe sobre a proibição do uso de agrotóxicos à base de *neonicotinoides* e do *fipronil*, no âmbito do estado da Bahia. É até difícil de pronunciar essas substâncias. Elas estão causando uma situação dramática no nosso estado com a perda, só em uma região, de mais de 80 milhões de abelhas. Quem sabe o significado disso para a agricultura entende que nós podemos condenar toda a nossa agricultura à morte com esse extermínio generalizado das abelhas. Então, nós queremos discutir o conteúdo desses agrotóxicos.

Mas o nosso debate é, principalmente, de método. Trata-se do método da pulverização aérea dos agrotóxicos que vem sendo condenado no mundo inteiro, melhor, em diversos países europeus. Aliás, a própria União Europeia colocou, como objetivo, até 2030, extinguir completamente a utilização da pulverização com

agrotóxicos. Outros países que estão em uma situação similar à do Brasil, como a Argentina e a Colômbia, já tomaram também posições similares.

E, na Bahia, quando nós olhamos para o nosso Oeste baiano, nós percebemos, como, por exemplo, a questão da pulverização tem sido um inimigo,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não apenas dessa agricultura do agronegócio. Não é apenas esse produto que, inclusive, em parte, é minoritariamente o que vai para a mesa do povo brasileiro? É. Mas está envenenando o povo brasileiro.

Mas o método tem sido criticado, porque essa pulverização, ela espalha esse veneno por todos os outros tipos de plantação e também para a agricultura familiar, as comunidades tradicionais...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Enfim, está sendo operado um genocídio, também das comunidades tradicionais à medida que esse método é utilizado e espalha nas nuvens, Sr. Presidente, nuvens de material tóxico. Trata-se de uma nuvem tóxica por todas as regiões onde é aplicado, a ponto de, no Semiárido, já existirem estudos que apontam que a própria chuva vem sendo intoxicada por esse tipo de aplicação aérea de pulverização com agrotóxico.

Então, marcamos para o dia 29. Foi uma vitória muito grande. Será uma grande audiência pública que deve ser realizada com a Frente Parlamentar Mista Ambientalista e em Defesa dos Territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. HILTON COELHO: Agradeço a fala da companheira Neusa Cadore, porque foi muito importante na reunião, não apenas porque faz parte da comissão, mas como presidente da nossa Frente Parlamentar Mista Ambientalista e em Defesa dos Territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia que deve, conjuntamente, fazer a audiência pública no dia 29.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. HILTON COELHO: Todos os deputados, as deputadas e a sociedade baiana estão convidados a participarem desse que será um grande evento que vai pôr o nosso PL em debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Hilton Coelho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Registro, em nossa ALBA, as presenças dos estudantes do Colégio Estadual Mario Augusto Teixeira de Freitas, do bairro de Nazaré. (Palmas)

Eu convido o deputado Hassan pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HASSAN: Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, nobres colegas deputados e deputadas, boa tarde a todos que nos acompanham através da *TV ALBA*, imprensa presente, alunos do colégio em visita. Sejam muito bem-vindos.

Sr. Presidente, estive nesta tribuna, há alguns dias, para pedir a esta Casa o apoio para que a gente pudesse destravar o processo da Unidade de Alta Complexidade em

Oncologia (Unacon), no Ministério da Saúde. Foi um pedido de intervenção ao nosso presidente, juntamente aos nossos nobres colegas deputados. Pedimos também à secretária da Saúde que pudesse buscar um meio para solucionar aquele imbróglio.

Mas, hoje, trago o retorno de que já estivemos com a secretária Roberta, a pedido do nosso governador Jerônimo Rodrigues, que já encontrou o caminho que será a instalação da Unacon em Jequié, no Hospital Geral Prado Valadares.

Nós estamos comemorando, porque já nos foi dado o prazo, no máximo, de 45 dias. Isso há, mais ou menos, 15 dias. Portanto, daqui a 30 dias, mais ou menos, nós já teremos o início das atividades dessa central de atendimento em oncologia, o que, com certeza, ajudará muito os pacientes oncológicos não só da cidade de Jequié, mas de toda região de saúde, que compreende 26 municípios do médio Rio de Contas e do Vale do Jiquiriça, com uma população aproximada de 800 mil pessoas. Portanto, é motivo de comemoração, motivo de muita alegria e de agradecimento.

Eis o nosso agradecimento ao governador, à secretária Roberta que muito, dinamicamente, atendeu ao pedido do governador para procurar essa solução.

Enfim, nós teremos, já nos próximos dias, o início do tratamento de câncer na cidade de Jequié, que vai melhorar muito a vida dos pacientes que não mais precisarão se deslocar para tratamento fora do seu domicílio, do seu interior até a capital. Lá, terá o tratamento oncológico, cirurgia e quimioterapia em Jequié.

Outro fato, Sr. Presidente, além das boas-vindas aos colegas, eu gostaria de dizer que é muito bom rever todos no retorno do recesso.

Mas, hoje, graças a Deus, estivemos na Comissão de Infraestrutura. Gostaria de parabenizar o nosso presidente Eduardo Salles pela condução dos trabalhos na Comissão de Infraestrutura; parabenizar o nobre colega Marcinho pela iniciativa da abertura da CPI da Viabahia. Fato esse que tem nos tirado o sono, Sr. Presidente, dado a falta de respeito que a Viabahia tem tido com nós todos que, ali, trafegamos pela BR-324, na verdade, com todos os baianos.

E na BR-116 não é diferente. Há 13 anos, ela é a dona da concessão e só conseguiu fazer a duplicação, até o momento, de Feira até a ponte do Rio Paraguaçu, ainda devendo a duplicação do Rio Paraguaçu até a divisa com o estado de Minas. Somos nós que sofremos, ali, na BR-116, próximo a Jequié, com aquele trecho da Serra do Mutum, entre o entroncamento de Jaguaquara e a cidade de Jequié, um trecho muito perigoso. Ali acontecem muitas mortes que já ceifaram várias vidas por conta da não duplicação dessa estrada. Além disso, estamos sofrendo, agora, com a precarização das estradas, com a falta de manutenção e com a não prestação do serviço na contrapartida da Viabahia.

Portanto, acertadamente, hoje foi aprovado o requerimento que vai ser dado entrada na Polícia Federal. Nós estaremos juntos e presentes apoiando o presidente. Toda a comissão e todos os deputados ali estiveram. Parabenizar todos os deputados que assinaram, Felipe, como você também assinou, a abertura da CPI, a fim de dar resposta tanto aos meios de imprensa que têm nos cobrado, assim como também, principalmente, dar resposta à nossa sociedade baiana, às pessoas a quem nós representamos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e que são usuários dessas duas BRs e que têm nos cobrado, com todo o direito. Nós vamos dar essa resposta, com certeza, através dos nossos trabalhos e da nossa luta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o deputado Diego Castro para utilizar o tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos presentes nesta Casa, os nobres colegas. Já estava com saudade de todos vocês. Não vou mentir. (Risos)

Quero cumprimentar, também, os alunos do Colégio Estadual Teixeira de Freitas, um histórico colégio público de Salvador que, infelizmente, está abandonado pelo governo do estado,...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) não está tendo o reconhecimento que se deve, pois essa é uma escola tradicional. Conheço muito bem. Ela formou grandes pessoas. Acredito que vai continuar formando. Mas não esperem muito deste governo, façam a parte de vocês. A gente vai estar aqui, na medida do possível, lutando para que essa parte de vocês, aí, seja compensada.

Presidente, nesta volta do recesso, antes de entrar no mérito central, eu vim falar, hoje, da segurança pública, mais uma vez. Eu ouvi do deputado que me antecedeu, inclusive teve um debate na discussão pela manhã, falando sobre o fim da pulverização aérea que, sem dúvida, se não fosse isso, há muito tempo, a lavoura não estaria na pujança de produção e colocando a comida na mesa do cidadão. No final das contas, é para isso que serve esse tipo de atividade: proteger a produção.

E o debate desse pessoal, aí, se resume, meramente, à política ideológica. E tira a técnica de lado, porque importa mais agradar o lobby dos movimentos ambientais do que garantir a segurança alimentar.

Por isso, o Psol e seus asseclas querem quebrar o agronegócio. Aliás, Lula, apoiado pelo Psol de Hilton, sabe muito bem disso e já deixou bem claro. Não é novidade nenhuma, a começar pelo termo chulo, o termo que demoniza e já, de cara, coloca a população contra o tal, porque a palavra correta é defensivo agrícola. Mas eles, como sempre, usando o truque semântico, chamam de agrotóxico, não é? Estão andando para trás. Infelizmente, sempre andaram assim.

Presidente, mais uma vez, o PT, botando mais uma estrelinha de campeão no peito do estado da Bahia, uma estrelinha vermelha de campeão em violência, porque o fórum brasileiro – estava no recesso, mas queria que tivesse sessão nesse dia – divulgou novos dados a respeito da violência no Brasil. Adivinhem? As quatro primeiras cidades estão na Bahia. Vejam que maravilha! Jequié está em primeiro lugar; Santo Antônio de Jesus, segundo; Simões Filho, terceiro; e Camaçari, quarto.

Entre janeiro e março, deste ano, morreram 1.289 pessoas em caso de homicídios dolosos, ou seja, e também latrocínios, roubo seguido de morte ou lesões corporais seguidas de mortes. Só para o senhor ter ideia, presidente, proporcionalmente, e antes de dar esses dados, se a gente ampliar o recorte, o negócio fica mais brabo. Das 15 cidades mais violentas do Brasil, nove estão na Bahia.

Só para o senhor ter ideia, presidente, eu vou dar aqui e exemplificar. A guerra civil da Costa do Marfim de 2011, no período proporcional, não chegou a 10% das mortes que chegou na Bahia. Vejam, 3 mil homicídios, proporcionalmente falando. A guerra do Sri Lanka, em 2009, não chegou a 15% do que chegou aqui. A guerra do Kosovo, entre 1998 e 1999, não dá 7% que chegou aqui. E o conflito na Ossétia do Sul, em 2008, não chega a 14%.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Sr. Presidente, só para concluir, o reflexo disso, mais uma vez, é dessa política de cumplicidade com a vagabundagem! Não se combate à criminalidade, como o governador Jerônimo sugeriu, com amor e carinho. Se combate com a resposta à altura!

Por falar em prevenção, no dia em que o secretário de Justiça esteve na comissão, fiz uma pergunta a ele. Qual o plano tem o PT, na Bahia, para a prevenção, principalmente, contra as drogas?! Isso é um grande descaso. O secretário disse que não sabia, que não tinha, porque era de outra pasta, trabalhando a ideia de intersetorialidade. Isso, na verdade, pode se traduzir em jogar uma responsabilidade para o outro, e ninguém resolver. Esta é a forma PT de governar.

Então, presidente, para concluir,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) volto a bater esta questão. Sem a valorização dos policiais militares e civis, que o governo mandou um reajuste vergonhoso e ainda dá um desconto castigante, se relacionado inclusive no Planserv, nós não vamos vencer esta infeliz realidade da segurança pública na Bahia!

Vejam, é o estado que enxerga isso com a leniência da linha de governo, como está sendo enxergado, vai chegar a um dado, que eu digo e repito, pior que o Iraque na década de 1980!

Finalmente, agora, teve, aí, uma balbúrdia porque apresentei um projeto...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) sobre o exame toxicológico nas faculdades e nas universidades públicas! A desculpa...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) padrão, inclusive da esquerda, é a seguinte: “Ah, estão burocratizando o ensino, porque o acesso, porque estão exigindo mais um documento.”

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Engraçada a cara de pau desses. Quando defendi o fim do passaporte sanitário, não existia essa preocupação com a exigência de mais um documento. Agora vem com essa conversa fiada.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua, nobre deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Lamentável, presidente!

Que Deus abençoe a todos e que a nossa Bahia se livre deste jugo desigual da esquerda!

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o nobre deputado Tiago Correia para utilizar o tempo de até 5 minutos, no horário do Pequeno Expediente.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas que nos acompanham no retorno dos trabalhos desta Casa no 2º semestre. Boa tarde a todos os servidores, amigos da imprensa, amigos das galerias.

Sr. Presidente, subo a esta tribuna hoje para abordar um assunto que já foi trazido por alguns colegas. Trata-se do projeto de lei do amigo e colega Hilton Coelho que versa sobre a proibição da pulverização aérea de agrotóxico no estado da Bahia.

Hoje, na reunião da Comissão da Agricultura, presidida pelo nosso colega Eduardo Salles, debatemos o assunto. Aliás, Eduardo, não. O presidente é Manuel Rocha. Eduardo é da Infraestrutura. Vejam, são concomitantes as comissões. É o colega Manuel Rocha que presidente da Comissão de Agricultura. Nós debatemos sobre a realização de audiência pública para tratar do assunto. É preciso deixar a paixão, deixar, muitas vezes, a motivação por movimentos, deixar a falta de informação de lado e tratar este assunto de maneira técnica, um assunto de extrema importância para a produção agrícola do nosso país.

Nós vemos diversas informações truncadas. “A chuva, no Semiárido, está sendo contaminada.” Ora, chove tão pouco no Semiárido! E, aí, logo a chuva que cai no Semiárido vai ser contaminada? Existe pulverização aérea de maneira desenfreada em nosso estado. Mas essa pulverização, ela é muito específica de determinadas culturas e determinadas localidades. Não é em todo estado que ocorre pulverização aérea. E as tecnologias do campo vêm evoluindo, Sr. Presidente. Hoje, inclusive, ocorre pulverização através de drones pilotados remotamente para que seja uma pulverização ainda mais localizada, mais específica.

Então é preciso tratar este assunto com todo o cuidado que ele requer. Afinal de contas, existem culturas que dependem desse tipo de pulverização, culturas muito específicas, em regiões específicas. Então é preciso tratar este assunto com a seriedade que ele necessita, deixando bandeiras partidárias, deixando bandeiras ideológicas que, muitas vezes, demonizam o meio produtor agrícola do nosso país, onde vemos diversos organismos internacionais quererem impor, ao nosso país, medidas que, sequer, são utilizadas nos países de origem desses organismos.

Nós vemos muitos países da União Europeia com diversas ONGs quererem ditar normas no nosso país quando eles acabaram com toda a sua flora e a sua fauna. Poucos

se preocupam. Queimam carvão, queimam petróleo. E eles vêm ditar normas em nosso país, justamente pensando desta maneira atingir e provocar barreiras comerciais ao agronegócio brasileiro, que é campeão de produção em diversos produtos, campeão mundial de produção da soja, maior exportador mundial de soja, exportando mais de 50% da soja que é exportada para o mundo, dentre diversas outras culturas.

Então, Sr. Presidente, o que eu peço a esta Casa, realmente, é o envolvimento de todos os pares neste debate, é a seriedade para tratar o assunto com toda técnica que ele precisa. Peço, mais uma vez, deixar as ideologias de lado para que, mais uma vez, não prejudique este setor produtivo do nosso país que é o responsável por um quarto do nosso PIB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Tiago Correia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido a deputada Olívia Santana para utilizar o tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, quero saudá-los e dar as boas-vindas. Mas, quero, também, rapidamente, para valorizar mais ainda o nosso tempo, fazer a minha fala, a minha manifestação de pesar e de luta por justiça para o menino Gabriel Silva da Conceição Júnior, de apenas 10 anos de idade, morto em Lauro de Freitas, durante uma operação policial.

Não é mais possível suportar este estado de letalidade, morte e destruição de vidas negras, crianças, adolescentes, jovens e adultos. Isso não é mais possível! É muito doloroso! Ontem, nós passamos o dia em Lauro, acompanhando não só as festividades da cidade. Foi em função do ato em defesa por justiça para Gabriel. Já são três as grandes manifestações por justiça e por uma dor profunda.

Eu quero expressar a minha solidariedade a D. Samily Souza. Esta é uma mãe lutadora. A gente olha e sente que ela morreu um pouco, junto com o seu próprio filho!

É um absurdo que a polícia baiana seja considerada a que mais mata no Brasil!

Eu tenho a convicção de que não há nenhuma orientação do Governo do Estado da Bahia para que isso aconteça. O governador Jerônimo é um governador forjado na luta popular dos direitos humanos. Sabemos que esta é uma estrutura que sempre teve esse *modus operandi*. Esta política de guerra contra as drogas é uma política que só faz tirar as vidas de pessoas dos bairros populares, das favelas aqui e em todos os cantos deste país.

Esta é uma polícia militarizada. Produz-se uma tática de guerra. Mas quem perde a vida é o povo preto! E a gente não pode, simplesmente, naturalizar o que está acontecendo e o que sempre aconteceu.

É só comparar a polícia brasileira com as polícias de outros países em desenvolvimento. É vergonhoso o que acontece aqui! Os autos de resistência sempre possuem o argumento de que foi troca de tiros.

Com Gabriel, não se vai poder dizer que foi troca de tiros! Ele era um menino de 10 anos, com a vida inteira pela frente, bonito, alegre, criativo. Ele era a alegria do

pai que também se chama Gabriel. Ontem, eu olhei para aquele senhor! Foi de cortar o coração! Você vê um homem apático, consumido pela dor. Aquela mãe se ajoelhou diante das botas dos policiais, em prantos, desesperada pela perda dos seus filhos!

É preciso medidas imediatas urgentes. É preciso parar de matar o nosso povo nas favelas, porque isso não resolverá. As drogas estão aí. Os gaviões das drogas, os que moram em condomínios fechados, ganham milhões e bilhões para movimentar o tráfico de drogas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e estão aí, com suas vidas preservadas!

E a carne que tem servido de bucha de canhão é a carne preta!

Eu não poderia exercer este meu mandato e me silenciar diante deste morticínio, diante desta mortandade que tem cor, que tem endereço. Seja intencional ou seja bala perdida, é sempre o nosso povo quem acaba perdendo a vida.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para finalizar, Sr. Presidente, quero lembrar que, no dia 4 de junho de 2021, subi, também, a esta tribuna, um dia depois, para falar das mortes de Maria Célia de Santana, de 73 anos, e de Viviane Soares, de 40 anos. Está certo? Ambas aconteceram no bairro da Liberdade. Elas foram vítimas de uma operação policial desastrosa. Há outras tantas! Jucilene, aos 23 anos, perdeu o seu filho ainda no ventre, colhido pelas balas de uma polícia que precisa parar de matar!

A quem interessa o título da polícia que mais mata na Bahia? Quem está por trás disso? A quem interessa isso?

Então, é preciso que este Parlamento e que o Poder Executivo, melhor, que todos nós e todas nós tratemos isso como uma pauta não politiqueira, ...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) mas uma pauta de preservação da vida das pessoas. As pessoas não são números, não são estatísticas! São famílias, são lares destruídos e vidas que estão, agora, debaixo da terra!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Então, Sr. Presidente, obrigada pela sua tolerância. Mas nós temos de responder a este desafio e acabar com esta história desta matança desenfreada da polícia baiana.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Parabéns, deputada, pelo pronunciamento carregado de emoções e de sentimentos!

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu informo aos deputados e às deputadas que, em função do acordo das lideranças, nós iremos prosseguir com a sessão sempre com o tempo de 5 minutos, para que todos os presentes possam se manifestar. Nesse acordo, a gente vai procurar fazer uma mesclagem de deputados, de acordo com as bancadas.

Agora, eu passo a palavra para o nobre deputado Robinho; em seguida, Luciano Araújo.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, amigos, colegas, meu presidente e professor Raimundo!

Após alguns dias de recesso, nós temos muitas novidades para falar. Dentre as novidades, eu priorizei a questão do Planserv. Há 2 anos, eu venho, aqui, questionando as perdas que o Planserv tem proporcionado ao servidor público. Além dos reajustes que o Planserv tem dado acima do reajuste salarial, os anseios, principalmente no interior, onde não faz sentido você ter o Planserv como plano de saúde.

Eu, por exemplo, estando deputado, fui a alguns lugares de convênio com Planserv. Os órgãos dizem o seguinte: “A cota acabou.” Então, o Planserv, a cada tempo, sofre reajustes e vem perdendo a qualidade do serviço.

Em alguns discursos que fiz, questionei sobre uma licitação feita ao final do ano passado, cujo grupo o grupo Hapvida, do grupo Haptest, é um grupo de saúde da iniciativa privada, que inclusive, em fevereiro, perdeu, nas bolsas de valores, mais de R\$ 18 bilhões. Vocês podem consultar a bolsa de valores. O grupo Hapvida teve uma perda de mais de R\$ 18 bilhões. Esse grupo foi quem ganhou a licitação. Uns dizem que ele não é o gestor do plano de saúde, dizem que o Hapvida não é gestor, é simplesmente um “adentro”, um colaborador do grupo.

As Sr.^{as} Rita Tourinho e Nívea Andrade, promotoras de Justiça, pediram para cancelar essa licitação. Estava na Justiça e teve uma determinação judicial para que cancelasse essa licitação.

O então governador, o governador Rui Costa, entrou com a liminar e ganhou a liminar. Os próprios grupos de saúde como a Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia e outras entidades pediram para não colocar a intervenção desse grupo, que é uma iniciativa privada. O Hapvida é uma iniciativa privada ligada aos planos de saúde. Pediram que não colocasse esse plano de saúde na gestão ou em apoio ao Planserv. Pois bem, a situação do Planserv tornou-se uma situação caótica, difícil de lidar.

Aí, eu pergunto, a quem interessa essa participação direta, já que o plano de saúde vem perdendo qualidade, vem aumentando os valores de cobrança acima da remuneração salarial? Por que agregar uma iniciativa privada junto a um plano de saúde que é de atendimento ao servidor público? A quem interessa? É a pergunta. Por que o ex-governador e o atual governador brigam na Justiça para que essa empresa se mantenha junto ao Planserv? A quem interessa? É a pergunta.

E quando, nessa onda, nesse momento de recesso, quando, inclusive, o meu amigo Marcinho propõe uma CPI... Gente, se for, aqui, entrar na onda de CPI, então vamos à CPI do Planserv, porque o servidor público está sendo o mais prejudicado! E aí, eu faço a pergunta: a quem interessa o grupo Hapvida estar junto...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com o Planserv? E por que não a CPI da Regulação, que se tornou, popularmente, a fila da morte? E por que não a CPI da Ponte de Itaparica, que se arrasta, há mais de 15 anos, com projetos, com planos, com viabilidades. Quanto se gastou e uma pedra não foi colocada até o momento? E por que não uma CPI do VLT, em que R\$ 57 milhões se foram...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e nada se construiu? E por que não a CPI da Sufotur, que começou agora, neste ano, e está escancarada a esculhambação?

Governador, reconheço suas andanças. Agora, o senhor está precisando parar de sentar na cadeira e olhar essas barbaridades que estão acontecendo no estado da Bahia.

Um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido para usar a palavra o nobre deputado Luciano Araújo.

O Sr. LUCIANO ARAÚJO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, eu subo hoje aqui à tribuna, presidente, para falar de um assunto que foi pauta e foi mídia agora, no mês de junho, que foi o descaso com a BR-324, o descaso da Viabahia com a população baiana.

Eu quero aqui me solidarizar com os colegas deputados que se pronunciaram a respeito dessa pauta, que pediram CPI. Eles contam com a minha assinatura e vão contar também com o meu apoio. E dizer que nós, políticos – não digo nem nós, deputados estaduais, apenas –, eu digo que nós, políticos da Bahia... e aí, nós temos de envolver nesse rol o governador do estado, os três senadores, todos os deputados federais e todos os deputados estaduais, para que tomemos uma providência em relação a essa empresa que comete esse descaso com os baianos. Portanto, Sr. Presidente, eu quero comunicar aqui aos colegas deputados que, ontem, eu dei entrada, no Ministério Público Federal, no pedido de abertura das cancelas até que essa questão das vias seja solucionada.

Portanto, nós vamos aguardar aqui uma decisão do Ministério Público Federal para que as cancelas sejam abertas e que ninguém, nenhum baiano, nenhum brasileiro que trafega por esta rodovia pague pedágio enquanto estes irresponsáveis da Viabahia não tomarem providência em relação à manutenção das estradas e aos viadutos que eles têm, por contrato, obrigação de construir.

Portanto, Sr. Presidente, era isso que eu tinha para falar aqui aos baianos que trafegam pela BR-324, pela Viabahia, e pagam seus pedágios.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o deputado Leandro de Jesus para utilizar o tempo do Pequeno Expediente por até 5 minutos.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Muito boa tarde a todos os colegas. Agradeço, mais uma vez, ao nosso Senhor Jesus Cristo pela oportunidade de estar aqui. Queria iniciar a minha fala e lamento até pela saída da deputada que abordou o caso do Gabriel, infelizmente, ocorrido na cidade Lauro de Freitas. Mas é triste nós vermos pessoas fazendo palanque político e ideológico, se aproveitando da morte de uma criança. É lamentável, se aproveitando da morte de uma criança para atacar a Polícia Militar, para atacar policiais militares.

E aí, ficam as perguntas: cadê a mesma indignação quando um policial militar é assassinado em serviço? Cadê a mesma indignação quando organizações criminosas do tráfico de drogas, que inclusive o PT abriu as portas na Bahia, quando essas facções assassinam e matam inocentes nos mais diversos bairros de Salvador? Cadê a mesma indignação quando escolas das nossas crianças, inclusive as crianças pretas, deputada – é uma pena que ela não está aqui –, quando as crianças pretas são impedidas de ir para a escola porque as facções criminosas estão lá, dominando o bairro, sem o menor respeito pela sociedade? Porque respeito eles não têm nenhum.

Aí, a gente vê uma indignação seletiva, muito apropriada para quem quer fazer palanque político e ideológico em cima da morte de um menino. Claro que nós lamentamos a morte desse menino e o sofrimento, mas daí a você fazer palanque, apontar para a Polícia Militar e, em cima disso, querer ganhar capital político, infelizmente, é lamentável.

Se existe uma questão que envolve a violência, que vem trazendo e fazendo diversas vítimas, milhares de vítimas, aqui no estado da Bahia, deputada, essa culpa recai sobre o seu governo, o governo que você apoia, o governo do PT. Porque nós vivemos um caos total na Bahia, na educação, segurança pública, saneamento básico. Tudo está um caos.

E aí, vem aqui e faz aquele discurso, aponta para a polícia, mas ao mesmo tempo passa pano para o governador. Pelo amor de Deus, o povo não é besta! O povo não é besta e o povo já acordou! E aqui, em cima disso, aproveitando essa questão que envolve a forma que a esquerda tem de passar pano para vagabundo, nesta semana, haverá a entrega da Medalha Dois de Julho – e o PT propôs isso – para um agressor de mulheres. Os senhores sabiam? Sabiam disso?

O ator Zé de Abreu, ou José de Abreu, que já cuspiu na cara de uma mulher e que, inclusive, compartilhou no seu Twitter que uma deputada da esquerda fosse agredida a socos. Sim, esse é o Zé de Abreu. O Zé de Abreu que, inclusive, também, brincou com a morte da Daniella Perez, usou a morte da Daniella Perez para atacar a sua mãe por questões políticas. É esse sujeito, agressor de mulheres, que o PT vai estar homenageando aqui, nesta semana, com a entrega da Medalha Dois de Julho.

Pois eu estarei aqui e anuncio que vou imprimir grande, para poder mostrar quem ele é, o tuíte dele para agredir a deputada e a notícia de que ele cuspiu na cara de uma mulher. E aí, eu quero ver a cara desses deputados do PT aqui, homenageando um agressor de mulheres. Esse é o PT! Essa é a esquerda! São mentirosos, são enganadores, passam pano para criminosos e vêm com esse discursinho aqui, o discursinho falacioso em defesa do povo preto. Mentirosos! Mentirosos! Quem mais sofre com esse PT é o povo da favela, são os povos, as pessoas que vivem nos povoados, os pequenos agricultores. As nossas periferias são as que mais sofrem com essa política destrutiva...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do PT.

E não bastasse isso – para concluir –, quero trazer aqui uma notícia do governo do PT. Porque, lembram quando nos proibiram de falar que o governo Lula ou que o pretenso presidente, então candidato Lula, era a favor do aborto? Nós fomos proibidos

de falar a verdade. Pois está aqui que o Conselho Nacional de Saúde do governo Lula, ligado ao Ministério da Saúde, está fomentando, pasmem vocês, Resolução nº 715/2023, a...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) legalização das drogas, a legalização da maconha, o aborto e a transgenitalização, ou seja, a facilitação para que crianças, pré-adolescentes, usem hormônios para a transição de gênero. Esse é o PT! Está aqui a resolução do governo Lula...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Para concluir, Excelência, para concluir.

Então está aqui. Nós temos de mostrar a verdade e nós não temos de ter medo de defender a verdade. Falar em defesa da criança, aqui, com falácias, é fácil; falar em defesa do povo preto é fácil, vir aqui da boca para fora; falar em defesa das mulheres é fácil, vir aqui da boca para fora; mas trazer um agressor de mulheres para cá e homenagear parece que é fácil, ou fazer palanque ideológico sobre a morte de uma criança é muito fácil.

O povo está precisando de verdade, de resultado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua, deputado.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o deputado Eures Ribeiro para usar a palavra.

O Sr. EURES RIBEIRO: Sr. Presidente, distinta Mesa Diretora, nobres pares. Esta semana, precisamente no dia 6 de agosto, o Santuário do Bom Jesus da Lapa faz 332 anos de história. O Santuário do Bom de Jesus da Lapa é onde reside a terceira maior romaria do Brasil. O terceiro destino de peregrinação religiosa do Brasil está na Bahia, em Bom Jesus da Lapa. Eu quero vir aqui parabenizar o Santuário do Bom Jesus da Lapa; parabenizar o padre Roque, que é responsável, como reitor, com a comunidade redentorista, pela organização da romaria desses 332 anos de história. Parabenizar o nosso bispo diocesano, que também participa da organização desses festejos. Bom Jesus da Lapa está pronta, Sr. Presidente, para receber mais de 1,5 milhão de turistas por ano. Só esta semana, mais de 600 mil pessoas estarão visitando o Santuário do Bom Jesus da Lapa.

Quero parabenizar e abraçar o prefeito de Bom Jesus da Lapa, Fabio Nunes, que está dando continuidade à organização da romaria, ao planejamento da romaria, com mais limpeza, com mais segurança. Agradecer também ao governador do estado, governador Jerônimo, que, inclusive, já confirmou a presença em Bom Jesus da Lapa. Lá, Sr. Presidente, ele estará inaugurando o aeroporto regional de Bom Jesus da Lapa que, com um investimento de R\$ 70 milhões, vai permitir aumentar mais ainda o tráfego para a romaria do Santuário do Bom Jesus da Lapa.

Quero aqui convidar os nobres pares que porventura forem visitar a romaria, sei que muitos aqui são romeiros do Santuário do Bom Jesus da Lapa, quero convidar

todos para participar do maior festejo e do maior movimento cultural religioso do estado da Bahia, que se configura como um dos maiores do país.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era para chamar a atenção para essa festa que já é grandiosa pela sua essência.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o líder Alan Sanches para utilizar o tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, bem-vindos a este retorno. Eu acho que quase a totalidade dos deputados desta Casa já estávamos aqui com a sensação de que precisávamos retornar o mais rápido possível. Durante esse mês de julho, todos vocês puderam acompanhar que, mais uma vez, a Bahia sofreu com a insegurança no nosso estado. Das 20 cidades mais violentas do Brasil, quatro são na Bahia. Uma, infelizmente, é a nossa querida Santo Antônio Jesus. Mas, quando eu trago isso, o que nós temos que fazer é uma reflexão de que alguma coisa está acontecendo de errado com a Bahia. Não é só, simplesmente, com o governo Jerônimo. São 17 anos, deputado Raimundinho, são 17 anos com o mesmo projeto. O que nós precisamos é que haja essa reflexão no governo!

Nós não podemos achar que é normal encontrar um corpo num cartão-postal de Salvador, dentro de um isopor. Não é possível que a sociedade vá aceitar isso com normalidade quando se encontra um corpo dentro de um isopor no Porto da Barra. Não é possível que para nós entrarmos em qualquer bairro da periferia nós tenhamos de pedir permissão ao chefe local. Isso não é normal!

Agora, fazer política de segurança pública não é simplesmente colocar os bravos guerreiros policiais, com o peito aberto, para irem para o enfrentamento. Não! Nós precisamos de investimento em inteligência. Nós precisamos saber quais lugares do mundo, quais lugares, cidades e estados do Brasil deram certo para que a gente possa saber o que está errado com a política de segurança no estado da Bahia. A gente não pode, amigos e amigas, aceitar essa situação como uma situação de normalidade. Nós temos de cobrar de quem pode e quem deve dar uma resposta à sociedade, que é o governo do estado. Mas nós, deputado Hilton Coelho, independentemente de bandeira partidária, nós precisamos defender a bandeira da vida e da segurança dos baianos.

Mas, Sr. Presidente, esta Casa está trazendo, eu acho, três solicitações de CPI... Deputado presidente, eu estou vendo o senhor meio inquieto, mas não é por causa do meu tempo, não é? Está com tranquilidade, graças a Deus! Mas, vejam bem, temos três CPIs na Casa. Para mim, o mais importante não é só a CPI, mas é que esta Casa traga para cá o debate público sobre essa Viabahia que ninguém aguenta mais, porque é responsabilidade da Assembleia fazer esse debate público.

A gente deve fazer o debate público sobre as invasões de terra; a gente trazer também aqui o debate sobre o Planserv. Não é possível que só a coordenadora do Planserv acredite e ache que o Planserv é um plano que está atendendo muito bem os seus servidores. Palavras dela: “Ah, mas você já viu com quanto o servidor contribui para ter esse plano?” Esse não é o debate que a gente tem de fazer aqui.

A partir do momento que o governo do estado colocou um plano de saúde de assistência para o seu servidor, isso é um benefício do servidor. Quem tem de bancar esse custo é, sim, o governo do estado, como sempre foi. E por que cada dia mais nós recebemos reclamações de falta de assistência...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ao usuário – com a sua tolerância, Sr. Presidente –, de hospitais fechando as portas? Agora virou moda o hospital “a”, “b” ou “c” fechar as portas dizendo que vai fazer uma reforma, mas ele fecha as portas apenas para o usuário do Planserv. Quem tem outro plano de saúde não tem problema. Agora, o Planserv, ele não vai poder atender.

Então, essas coisas que eu estava aqui, esses temas trazidos por mim hoje, nesta tarde de terça-feira, nós precisamos, deputado José Raimundo, presidente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) desta sessão, nós precisamos trazer e fazer esse debate.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, líder Alan Sanches.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o deputado José de Arimateia.

José de Arimateia não está?(Silêncio) Assumiu ali.

Com a palavra o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, primeiro quero agradecer a Deus por estar retornando para o 2º semestre de atividades nesta Casa, onde, graças a Deus, voltamos às atividades normais.

Sr. Presidente, ontem, eu tive o privilégio de participar do aniversário da primeira Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso aqui no estado da Bahia. Há 17 anos, essa delegacia foi inaugurada e, ontem, eu estive lá participando desse momento muito especial, por quê? Porque a luta para a implantação dessa delegacia já vem de muitos anos, Sr. Presidente.

Eu queria aqui fazer uma menção ao Sr. Gilson, que era o presidente da Asaprev, o saudoso Gilson, que é o pai do advogado Dr. Marcos Barroso. Ele era um cidadão que lutava em defesa da pessoa idosa na Asaprev e, ontem, o seu filho estava presente. Quero também parabenizar o Dr. Antônio Jackson Paixão, que é o delegado titular da Deati, no momento.

Este deputado, no meu primeiro mandato, Sr. Presidente, eu lembro como se fosse hoje, na época, quem era o governador do estado era o ex-governador César Borges, de 1999 a 2002, e eu fiz uma indicação ao governador para que fosse criada, em todas as cidades da Bahia, uma delegacia especializada em proteção aos direitos da pessoa idosa. Só que, de lá para cá, Sr. Presidente, depois dessa inauguração que fez 17 anos, ainda não avançou, e só temos uma delegacia no estado da Bahia. E, mesmo

assim, essa delegacia não funciona... primeiro, até mesmo a sua acessibilidade fica muito difícil no ponto onde ela está localizada.

E aqui, neste momento, eu peço, como ontem mesmo eu pedi aos representantes da segurança pública que estavam lá, a Dr.^a Patrícia, que estava presente, e ao governador, que pudessem fazer um reparo nessa situação. Haja vista, Sr. Presidente, que nós temos hoje na Bahia, principalmente aqui na capital, muitos imóveis que pertencem ao estado e que poderiam ser utilizados para que essa delegacia viesse a ser melhor localizada para que os idosos pudessem ter acessibilidade. Isso foi feito, esse pedido, e esperamos também que o governador possa estender uma delegacia para as cidades de Feira de Santana, Itabuna, Barreiras, Vitória da Conquista e Juazeiro. O ideal seria em todas, mas a gente sabe da dificuldade que o governador tem. Até mesmo a cidade de Salvador, Sr. Presidente, era para ter, no mínimo, umas sete delegacias para atender à demanda. Então, eu queria fazer aqui o registro do aniversário que aconteceu ontem, ali na Deati, aqui em Salvador.

Outro assunto, Sr. Presidente, que eu gostaria de também deixar aqui registrado é que, no domingo que passou, fizemos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) uma mobilização contra o abate de jumentos no estado da Bahia. Essa mobilização foi feita em todos os estados do Nordeste. Principalmente do Nordeste, por quê? Porque, Sr. Presidente, estão acabando com aquilo que representa o nordestino, um símbolo do Nordeste, que são os...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) jumentos.

Houve essa mobilização em todas as capitais do Nordeste, e a gente espera que aqui na Bahia, que é um dos estados da federação, do Nordeste, que tem o maior número de abate de jumento sem nenhum acompanhamento, sem nenhuma observação... E a extinção já está declarada porque até agora nenhuma providência foi tomada.

Então, esperamos que, após essa mobilização que aconteceu no domingo, no Farol da Barra, o governo do estado possa, realmente, obedecer aos critérios que são exigidos pela lei. Faço aqui esse registro e esperamos que o governador possa se sensibilizar com essa situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o deputado Júnior Nascimento para utilizar o tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Sr. Presidente, deputado Zé Raimundo, Srs. Parlamentares, primeiramente, quero dar boas-vindas a todos neste retorno após recesso parlamentar. Dizer que foi uma oportunidade e que, a despeito do nome recesso, não quer dizer que nós tivemos folga, não é, deputada? Ao contrário, foi uma

oportunidade de visitarmos as nossas bases, percorrermos o nosso estado levando investimentos e, ao mesmo tempo, acompanhando de perto todas as necessidades para que possamos continuar sendo porta-vozes da população.

Quero dizer da nossa alegria, saudando aqui o meu prefeito de Riachão do Jacuípe, Carlos Matos, e seu vice, Felipe Salles. Riachão do Jacuípe hoje comemora mais um ano de emancipação política. Então fica aqui a minha alegria e um forte abraço a todos os munícipes de Riachão.

Na última sexta-feira, também participei das comemorações de 143 anos de emancipação do município de Campo Formoso. Tivemos a oportunidade de receber dois ministros e de receber representantes da Codevasf e de diversos órgãos, inclusive, de recursos hídricos. E trago uma boa notícia aqui para o povo de Campo Formoso e para o povo sertanejo de Juazeiro, já que, através de investimentos e de luta do nosso deputado federal Elmar Nascimento, nós conseguiremos levar a água do Rio São Francisco para a região do Salitre, atingindo diversas localidades de Juazeiro e também de Campo Formoso.

É um recurso que, sem sombra de dúvidas, trará soluções hídricas para o sertanejo. Eu fico feliz de poder fazer parte, de compartilhar com o deputado federal essa conquista, porque nós tivemos juntos essa iniciativa por se tratar de cidades coirmãs, cidades vizinhas, que alavancarão o setor de irrigação e de saneamento diminuindo o problema hídrico daquela região.

E, por fim, queria deixar aqui o meu agradecimento a todas as pessoas que, durante aproximadamente 40 dias, nos receberam em diversas cidades. E não parou por aí. A cada final de semana, visitaremos outras cidades. Eu, particularmente, tenho uma votação mais pautada nos municípios, no interior do estado, a gente sempre vai visitar, fazendo o meu papel de parlamentar e buscando ter o conhecimento preciso das reais necessidades e das demandas do povo baiano.

Algo que tem nos chamado a atenção, novamente, por onde temos passado, deputado Hilton, é a violência. Sem sombra de dúvidas, a gente precisa de medidas eficazes, sair um pouco dos discursos e das entrevistas. Não adianta – eu disse isso numa entrevista, deputada Neusa –, por mais boa vontade, às vezes, que o governo tenha de encaminhar duas viaturas para o município, mas a viatura não anda sozinha, é necessário que se dê suporte aos policiais. Se não fossem as prefeituras, os municípios para custearem o combustível com as alimentações, os serviços estariam ainda mais precários. Então, é preciso que o governo incentive todo o departamento de policiamento do nosso estado, civil, militar, Corpo de Bombeiros, estruturando não só a parte física, mas também a humana. Diga-se de passagem, o suporte necessário para a mão de obra.

Mas, meus amigos, minhas amigas, finalizo aqui, como sempre, rogando a Deus que nos dê proteção neste 2º semestre para que, realmente, façamos os trabalhos e o que os baianos e as baianas esperam de nós: sermos porta-vozes, representantes do povo da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido a nobre e querida deputada Neusa Cadore para utilizar o tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a NEUSA CADORE: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidores da Casa, eu também quero desejar boas-vindas e um semestre muito produtivo nessa tarefa que o povo nos delegou. Gostaria aqui de compartilhar a alegria de ter participado ontem, no Teatro Vila Velha, da celebração dos 59 anos do Vila.

Quero, na oportunidade, saudar os gestores, os dirigentes do Vila, os artistas, os fazedores de cultura e, de modo especial, o meu grande amigo, ex-secretário de Cultura do estado, o nosso querido Márcio Meirelles, que tem uma trajetória dedicada à cultura, que merece todas as nossas homenagens.

O Teatro Vila Velha é um espaço de resistência, de criatividade, de inovação e de ousadia. Lembrar aqui que ele nasceu exatamente no ano de 1964, em plena ditadura. E o Vila tem sido uma casa, uma escola e um palco para o surgimento de inúmeros talentos que a Bahia orgulhosamente exportou para o Brasil e para o mundo, seja no teatro, seja na dança ou seja na música. Além disso, é importante destacar que o Teatro Vila Velha sempre foi um espaço acolhedor para a diversidade, abrindo suas portas aos segmentos historicamente esquecidos e sendo palco de lutas contra o racismo, contra o machismo, contra as desigualdades e as violações dos direitos humanos.

Eu quero saudar a todos e todas que constroem essa bonita história. E aproveito, aqui, para também destacar a querida coreógrafa Cristina Castro, uma profissional incrível que neste ano celebra seus 40 anos de carreira na dança. A sua dedicação aos projetos de formação, produção e difusão artística contribui significativamente para elevar a dança da Bahia ao cenário internacional.

O Teatro Vila Velha é um projeto que não só interessa à Bahia, mas também ao mundo, por isso aqui dizer do nosso desejo de estar junto a Márcio Meireles nas lutas travadas em prol do teatro baiano. E continuaremos batalhando para resgatar e valorizar esse espaço e os artistas que ali se expressam. Afinal, o Vila tem-se tornado um patrimônio de todo o Brasil.

Então que esta celebração de aniversário seja apenas o início de um longo ciclo de muitas conquistas para o Vila e que a cultura possa continuar sendo uma chama acesa em nossas vidas.

Então, viva o Teatro Vila Velha, viva a cultura da Bahia e viva a arte que transforma vidas.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputada Neusa Cadore.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a nossa lista aqui, eu convido o deputado comentado nessas... praticamente, durante todos esses dias ele tem sido comentado. Por favor, Marcinho Oliveira, para utilizar da palavra.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas, saudar a todos da galeria, da imprensa, servidores. Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para relatar a felicidade que estou tendo neste momento por poder receber o apoio da maioria dos nossos colegas deputados e deputadas que estão entendendo que a CPI da Viabahia, hoje, é uma necessidade. A CPI da Viabahia é suprapartidária, pois todos os deputados e deputadas estão irmanados por não aguentarem mais a falta de prestação de serviço da pior concessionária de rodovia pedagiada do Brasil, que é a Viabahia.

Deputado Alan Sanches, quando liguei para V. Ex.^a para falar sobre a CPI V. Ex.^a abraçou essa causa. O líder da Maioria, deputado Rosemberg, também abraçou essa causa. Isso mostra que estamos preocupados com a Bahia, estamos preocupados com o povo baiano que trafega pelas BR-116 e BR-324, onde a gente pode observar a falta de conservação das estradas, faltando acostamentos, sinalizações e iluminação. O lixo margeia ao longo dessas BR, trazendo transtornos a todos que trafegam por essas estradas.

Essa CPI é justamente para apurar, sim, essa má prestação de serviço. Nós não vamos interferir na concessão, porque não é esfera nossa, mas vamos, sim, mostrar a realidade da falta de serviço dessa Viabahia, que vem aqui, como já veio à Comissão de Infraestrutura e Transporte, da qual eu faço parte, o seu representante e ficou acertado, deputado Marcelinho Veiga, que ela não iria fazer nenhum tipo de aumento de tarifa enquanto não fossem solucionados os problemas. E a gente foi surpreendido com o aumento da tarifa.

Então, essa CPI, deputada Fabíola Mansur, que V. Ex.^a também já assinou, não é do deputado Marcinho, essa CPI é de todos nós deputados, que estamos indignados com a falta de prestação de serviço da Viabahia.

Venho aqui também, Sr. Presidente, para agradecer a todos que assinaram a lista desse requerimento, sabendo que o setor jurídico e a Presidência da Casa vão saber conduzir para aceitar esse requerimento deste nobre deputado e instaurar a CPI.

Como também venho aqui... porque muitos vêm à tribuna para criticar o governo do estado. Eu venho, neste momento, mesmo sendo Oposição, para parabenizar todos os deputados governistas que estão solidários a essa situação, porque estamos irmanados.

Mas vimos aqui também para parabenizar o governo do estado, porque a gente vê todos criticando o aumento da violência em todo o Brasil, a gente vê a violência tomando conta do nosso país e não é só na Bahia, mas a gente vê a Polícia Militar indo para cima para combater, como foi o caso da cidade de Itatim,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) onde as pessoas estavam sem poder sair de suas casas com medo da facção que havia lá, causando terror, fazendo assaltos em cima de assaltos. E a Polícia Militar foi em cima.

Eu não sou daqueles que torcem por pior ou melhor, nós queremos ver a solução. Eu também não sou da tese que bandido bom é bandido morto, de forma alguma, mas que a justiça seja feita.

Muitos clamam e falam quando morre um bandido,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas a gente tem que ver que a polícia, os policiais são quem saem às ruas, deixando suas famílias, para dar proteção e poderiam também serem vítimas desses criminosos.

Então, parabenizar a Polícia Militar pela ação feita, deixando a cidade de Itatim mais tranquila.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido a deputada Fabíola Mansur para utilizar o tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, quero saudá-lo, saudando a todos os deputados e deputadas na retomada dos trabalhos desta Casa. Retomada com força total.

Hoje, pela manhã, em várias comissões, Sr. Presidente, tivemos a aprovação de pareceres de projetos de deputados e inúmeras audiências públicas, o que demonstra que esta Casa vem a todo vapor. Inclusive, Sr. Presidente, tivemos também aprovada na Comissão de Infraestrutura, através da aprovação de um requerimento nosso ao presidente Eduardo, uma audiência pública com toda a região de Irecê a respeito da modernização, da requalificação do aeroporto de Irecê.

Hoje, nós temos um aeródromo que permite apenas a algumas aeronaves de pequeno porte fazerem seus pousos. Tivemos, ainda na gestão do governador Rui Costa e do secretário Marcus Cavalcanti, a aprovação do projeto de requalificação do aeroporto, com a ampliação da pista, com o melhoramento do terminal de passageiros. E tive a oportunidade, junto com o prefeito Elmo Vaz e a deputada Lídice, de estar junto ao nosso ministro de Portos e Aeroportos para inserir Irecê no programa nacional de requalificação e modernização de aeroportos.

É uma demanda que sei que tem anuência e a vontade do nosso governador Jerônimo, porque Irecê é uma região que é polo de saúde. Lá temos o Unacon, serviço de hemodinâmica, várias especialidades médicas privadas e públicas; é um polo de educação, onde temos universidades, campus da Uneb, faculdade de Medicina; é um polo de energias renováveis; é um polo industrial; é um polo também do comércio; um polo de agropecuária. E é uma região que dista quase 5 horas da capital. E tenho a certeza de que o aeroporto ensejará uma melhoria significativa em seu desenvolvimento socioeconômico.

Quero, aqui, me associar às palavras do deputado Marcinho ao colocar uma CPI para investigar as irregularidades da Viabahia. Temos sido questionados que essa é uma concessão federal. O que é preciso esclarecer, e o deputado aqui muito bem colocou, é que nada impede que deputados baianos investiguem irregularidades e maus serviços prestados à população. Não nos cabe, aqui, discutir a concessão federal, mas nos cabe, sim, deputado Marcinho, e por isso assinei a CPI, investigar irregularidades e maus serviços prestados à população baiana em todas, na BR-324, na BR-116, na

Bahia Norte... Enfim, nós, com muita responsabilidade e cientes do nosso papel, estaremos investigando essas irregularidades, porque queremos melhorar o serviço. Não podemos aceitar aumento de pedágio sem uma contrapartida desse serviço.

E para terminar, querido presidente, também aprovamos na Comissão de Saúde uma audiência pública sobre o piso de enfermagem. É importante, aqui, o nosso posicionamento, nós que defendemos essa categoria, como profissional de saúde, pela sua luta histórica e democrática por valorização, e que contou, com certeza, com o nosso apoio em várias atividades. Piso que foi sancionado pelo presidente Lula e agora é lei.

O que nós precisamos, e, aí, tendo participado junto com o prefeito Quinho, presidente da UPB, e com Estela, do Conselho de Secretários Municipais, é entender que aquela promessa de contrapartida do governo federal aos governos municipais foi e é insuficiente, pois foi baseada no cálculo da Rais. E a Rais, muitas vezes, não contemplava os profissionais da enfermagem terceirizados, os Reda, e isso ensejou uma diferença gritante, inviabilizando para os municípios o pagamento desse piso.

Quero, aqui, como profissional de saúde que defende o piso da enfermagem, mas também como municipalista, dizer que esta Casa, deputado Vitor Bonfim, estará intermediando um debate,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) um diálogo para que a gente tenha os cálculos corretos, que foram prometidos pela ministra Nísia e pelo presidente Lula, dos repasses aos municípios para que o piso possa ser efetivamente lei e efetivamente empregado.

Então, é muito importante a gente trazer aqui essas notícias, tanto da aprovação da audiência pública, como também da solicitação duma audiência pública lá para a região de Irecê. Aliás, a região de Irecê não apenas teve aprovada uma audiência pública para tratar sobre o aeroporto – e aqui teremos as presenças dos prefeitos da região, do prefeito Elmo e de todos os empresários daquela região, acadêmicos, profissionais de saúde –, mas também aprovamos uma sessão itinerante da Comissão de Saúde a ser realizada em setembro. Então, boas notícias para a região de Irecê, boas notícias para a saúde.

Parabenizo V. Ex.^a pela presidência e saúdo todos os colegas, desejando que este segundo semestre seja tão ou mais proativo do que foi o primeiro e que a gente tenha muitos projetos de deputados aqui aprovados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Vitor Bonfim, para utilizar o tempo de até 5 minutos.

O Sr. VITOR BONFIM: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados que acompanham a sessão na tarde de hoje. Sr. Presidente, depois do recesso parlamentar é um prazer retomar os trabalhos e retornar à tribuna desta Casa Legislativa.

Quero me associar ao deputado Marcinho Oliveira e fazer, aqui, um apelo ao presidente Adolfo Menezes, ao nosso líder, deputado Rosemberg Pinto, ao líder da Minoria, o deputado Alan Sanches, para que a gente possa, no menor espaço de tempo possível, levar adiante, deputada Fabíola Mansur, a instalação da CPI da Viabahia.

Nós, realmente, como deputados estaduais, podemos e devemos analisar a prestação de serviço. Não nos cabe analisar a questão contratual, a concessão. A concessão é um tema federal, restrito à Câmara e ao Senado, mas a prestação de serviço em relação à parte da defesa do consumidor é uma função, inclusive constitucional, da Assembleia investigar, apresentar leis. Então, há total pertinência nessa proposta de instalação de CPI, deputado Rosemberg Pinto, e é preciso que a gente avance com esse tema. A sociedade baiana, sobretudo aqueles que utilizam rotineiramente a BR para se deslocar aos municípios que compõem a nossa Região Metropolitana de Salvador, tem sofrido muito com o desserviço da Viabahia.

A Viabahia está arrecadando desde 2009. Ela primeiro montou o pedágio para depois começar a fazer qualquer tipo de melhoria, e vem investindo o dinheiro do cidadão e da cidadã baiana. Não vejo R\$ 1,00 de investimento da própria empresa.

Então, é preciso que a gente avance! A sociedade aguarda ansiosamente um posicionamento desta Assembleia Legislativa e nós não podemos nos omitir. É preciso que V. Ex.^a, deputado Rosemberg, indique logo os membros para comporem essa comissão. Que o deputado Alan Sanches, que representa a Minoria nesta Casa Legislativa, também assim o faça e a gente avance e dê uma resposta para a nossa sociedade a respeito disso.

Sei que nós não podemos nos omitir em relação a isso. Então, assinei a CPI e espero compor o quadro para poder ajudar a fazermos um bom trabalho. Já me coloco, aqui, meu presidente em exercício, vice-presidente Zé Raimundo, à disposição como um nome para compor o quadro da CPI.

Quero, ainda, parabenizar o governador Jerônimo e o nosso presidente Lula por ter este, na segunda-feira, sancionado a lei do ensino em tempo integral. A gente sabe da importância do ensino em tempo integral. Eu, que sou um defensor desse tema, meu querido professor, desde o tempo em que fui vereador, iniciei minha vida pública lá no município de Guanambi, venho defendendo a ideia de que a melhor forma que a gente tem para combater a violência, para combater a pobreza é através da educação. E o ensino em tempo integral, sobretudo nas cidades de grande e médio portes, permitem que as nossas crianças fiquem protegidas daqueles que querem aliciá-las, que querem fazer-lhes mal e desviá-las do bom caminho.

Então, a criança vai entrar na escola às 7 horas e sair às 16 horas, com a sua alimentação completa. E é preciso, sim, que os municípios se alinhem ao governo do estado nessa estratégia. O governador Jerônimo vem revolucionando o ensino em nosso estado com as novas escolas em tempo integral que têm sido inauguradas, escolas essas que nem no ensino particular existem com a estrutura igual. Então, é extremamente importante que os municípios do nosso estado também abracem essa causa do ensino em tempo integral.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O governo federal melhorou a composição do Fundeb. O fundo, hoje, remunera o município... V. Ex.^a, que foi professor lá no município de Vitória da Conquista, sabe que chega uma quantia diferenciada quando o município oferta o ensino em tempo integral. Então, ganham todos: ganham os alunos, ganham os pais, ganha a sociedade baiana quando o ensino em tempo integral é implantado.

A gente tem, para nosso orgulho, na nossa região Sudoeste dois municípios que disputam ano a ano...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) quem é que tem o melhor Ideb da Bahia: o município de Licínio de Almeida e o município de Jacaraci. Eles ficam se alternando no Fundamental I e no Fundamental II. No ano de 2022, foi o município de Jacaraci o melhor no Fundamental II; e o município de Licínio de Almeida, o melhor no Fundamental I. Então, isso é motivo de orgulho.

E é preciso, realmente, que os demais municípios do estado da Bahia se espelhem e entrem de corpo e alma nessa causa do ensino em tempo integral.

Agradeço a V. Ex.^a por sua tolerância! Boa tarde!

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Agora, eu passo a palavra ao líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto, que chega com muitas novidades.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, servidoras, servidores, imprensa, visitantes, dizer da alegria, deputada Fabíola, de retornarmos às atividades aqui, neste Plenário, porque, pelo seu Instagram, pelo do deputado Zé Raimundo, de Marcinho, de Vitor, acompanhei. Aí, não se parou as atividades parlamentares durante esse período... ou não pararam as atividades. Andamos bastante. Tive a oportunidade de visitar, junto com o governador, diversos municípios, entregando obras, inclusive, no que diz respeito à fala do deputado Vitor Bonfim, escolas de tempo integral. E o governador chegou a dizer que as pessoas são proibidas de falar a palavra merenda, agora é alimentação, porque todas as escolas estão dotadas das condições necessárias para alimentar os nossos alunos.

Presidente, eu hoje conversei bastante. Venho duma reunião com a Transpetro, que é a área da Petrobras que faz o transporte de derivados de petróleo, e por isso cheguei um pouquinho atrasado aqui. Mas eles continuam com o governador e o presidente da Transpetro e falavam, inclusive, dessa questão da reativação do estaleiro de São Roque do Paraguaçu e também do estaleiro Enseada do Paraguaçu, de que maneira a gente pode trabalhar no sentido de reativar aquelas duas unidades. Falamos também um pouco das ações da Transpetro na área de São Francisco do Conde, Madre de Deus, especialmente na área do Caípe.

Mas vinha ouvindo algumas falas, também, sobre um debate do Planserv. Eu queria, Marcinho dialogar sobre essa questão do Planserv, que acompanhei na imprensa durante esses últimos 30 dias. Há, sim, uma discussão com relação ao atendimento do Planserv, mas já vinha acontecendo. E nós discutimos aqui, nesta Casa,

a necessidade de o estado aumentar a sua participação, o que fez nos últimos meses, como os servidores também o fizeram nos últimos meses, no sentido de melhorar a condição de atendimento do Planserv, um plano de saúde que... não existe outro plano de saúde de servidores estaduais igual ao Planserv no Brasil. O plano de saúde mais associativo que tem porque, além de ser o beneficiário, você consegue colocar o marido ou a esposa, você consegue colocar filhos e filhas, pai e mãe, netos e netas. Ou seja, é um plano de saúde que traz uma capacidade de atendimento à saúde do servidor, à saúde da família do servidor. E esse plano de saúde trazia um déficit, até o semestre passado, de 26 milhões por mês, pagos pelo estado da Bahia, ou seja, pagos pelas outras pessoas que não têm o Planserv para serem atendidos. E foi feito um ajuste aqui. Com esse ajuste, a gente conseguiu minimizar em 13 milhões, e o estado ainda bota mais 13 milhões.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Nós precisamos encontrar uma forma de dar conforto para que esse plano de saúde tenha vida longa, em vez de a gente estar tentando desqualificar aquilo que é importante para o servidor, porque a desqualificação tem motivações por trás. Uma é a tentativa de entregar esse serviço para a iniciativa privada, para as empresas de plano de saúde,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) por isso a gente precisa ficar preocupado para saber de onde vêm esses ataques. Não existe um hospital que tenha se descredenciado do Planserv. Muito pelo contrário, ainda ontem fui procurado por clínicas pedindo para se credenciar ao Planserv. Agora, é natural, há, sim, um problema do ponto de vista de custeio, e nós precisamos trabalhar.

Ora, as acusações chegam ao nível de tentar interferir na empresa que vai fiscalizar o plano de saúde. Isso não cabe ao estado, isso não cabe a nós. Isso é para atender ao regramento dos planos de saúde. Há uma disputa no mercado em relação a essas empresas. Se a gente não tiver cuidado, a gente está defendendo algo que não faz parte do papel dos parlamentares. Eu não estou aqui para defender os interesses da iniciativa privada. Às vezes defendo, porque todos têm o direito, mas esse não é o meu papel. O meu papel é defender a sociedade, defender os servidores da Bahia.

Aí, Marcinho, você tem razão quando apresenta aqui um debate sobre a Viabahia. Eu entendo. E vi Vitor colocar aqui um posicionamento sobre quais são as limitações dessa possível CPI. E eu não vejo problema em debater essa questão.

E me perguntaram hoje, a imprensa, qual era a minha opinião? Eu disse que temos legitimidade, sim, para debater essa questão porque a Viabahia não cumpriu o seu papel de servidora para a sociedade, e há reclamação de todos. E me perguntaram: como é que você vai, como líder do Governo, lidar com uma CPI da Oposição? Não é uma CPI da Oposição. É a solicitação de uma CPI feita por um parlamentar da Oposição, mas é uma CPI que conseguiu aglutinar a maioria das assinaturas da Base do Governo.

Então, nós precisamos entender a sua legitimidade. Agora, é lógico que não cabe a mim e não cabe ao deputado Marcinho, ao deputado Alan, a definição dela. O pedido

foi feito, as assinaturas foram coletadas, o parecer jurídico da Assembleia vai ser dado, o presidente vai ser dado, o presidente vai analisar, vai trazer e vai ser votada, aprovada ou não. E se for aprovada, caberá a nós, obviamente, tomar as medidas, certo, para a instalação dela, dentro da pluralidade ou das suas limitações.

Então, eu quero, aqui, afirmar que é diferente, deputado Marcinho, de outras solicitações que são postas aqui, muito mais dentro de uma visão midiática do que visão do interesse público da sociedade baiana.

Eu acompanhei recentemente uma solicitação de uma CPI para debater algo de um contrato que não existe sequer. Não tem uma relação direta...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com um único objetivo, apenas para tentar fazer crítica a um governo que está dando certo aqui, na Bahia. Aí, eu respondi também: “A da Viabahia tem um interesse público. Essa outra de que se está falando aí tem um interesse midiático. Não é o meu papel aqui o de viabilizar interesse particular, pessoal para nenhum parlamentar.”

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não havendo mais inscritos, eu dou por encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Antônio Henrique Jr, Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar, Laerte do Vando, Ludmilla Fiscina. (06)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.